

O RESSURGIMENTO DAS PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA (Comentários sugeridos por uma Síntese Crítica)

A questão agrária latino-americana, sobretudo no Brasil, está voltando a ter como ponto central as discussões sobre a "Reforma Agrária", tema que andou relativamente esquecido pelos discursos oficiais, acadêmicos e até mesmo classistas, durante os anos 70.

A Reforma Agrária esteve ausente do centro dos debates sobre o desenvolvimento brasileiro nos últimos 10 ou 12 anos, sendo considerada desnecessária nos pronunciamentos e propostas governamentais sobre política agrícola dada a intensificação da introdução de práticas modernizadoras nas atividades rurais.

As avaliações oficiais sempre presumiram que a principal função da agricultura era servir como suporte às atividades "nobres" do crescimento econômico, ou seja, gerar os meios materiais necessários à implantação e desenvolvimento de um modelo industrial e, por consequência, essencialmente urbano. Assim cuidou-se para que houvesse um aumento efetivo na sua capacidade de produzir para a exportação e para o suprimento industrial. Paralelamente também "descobriu-se" que era um ótimo mercado para o consumo de certos bens industriais (máquinas e insumos). Ademais, não foi coincidência que aos avanços do capital no campo, correspondesse o aumento das interrelações da agricultura com a agroindústria, com nítidas vantagens para esta última.

As contradições que estavam na origem dos movimentos sociais rurais que emergiram em vários pontos do país ao final da década dos anos 50 nunca foram resolvidas. O autoritarismo pós - 64 conseguiu abafá-las, pelo expediente sumário de eliminação física e/ou política de seus dirigentes. Mas, não tendo resolvido os problemas que estavam na base das reivindicações dos sindicatos rurais e das ligas camponesas, eis que estas reiniciam a reconquista de seus espaços e começam a serem recolocados. (Nesse sentido atua a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, deflagrada em meados do corrente ano, pela CONTAG e com o respaldo de várias outras entidades civis e de classe).

A situação de equilíbrio, sempre precário, entre forças sociais antagônicas na disputa por terra, trabalho e segurança (da terra e do trabalho), tem recolocado a

necessidade de se discutir as formas pelas quais tem se processado a ocupação das terras agricultáveis deste país. O discurso oficial — dada as demandas populares num quadro de recessão econômica — passa a “cobrar” da agricultura (e dos produtores rurais) a realização da tarefa que lhes justifica a existência, ou seja, que produzam alimentos. Parece que, de repente, se descobriu que as pessoas comem, precisam comer, e que a fonte supridora de alimentos básicos é a agricultura. Com isso ganham fôlego as discussões das formas como se tem dado a produção de alimentos, quais as providências que se fazem necessárias para que se aumente a oferta de alimentos, isso sem prejuízo dos que advogam ser, em termos de vantagens comparativas, mais interessante (e lucrativo) a produção de energia verde e a importação de alimentos. Enfim, são desarquivadas as propostas sobre reforma agrária.

Nesse sentido a coletânea publicada pelo Tempo Brasileiro, n.º 77, “Questões e Reformas Agrárias nos anos 80”, coordenada pela Profa. Vilma Figueiredo tem méritos incontestáveis, pela oportunidade e seriedade com que o trabalho está conduzido. Alguns pontos mereceriam destaque.

O primeiro deles fica por conta da proposta metodológica sugerida na INTRODUÇÃO pela coordenadora, no sentido da utilidade e vantagens práticas e teóricas em, antes de avançarmos quaisquer propostas de reforma agrária, compararmos algumas experiências concretas de encaminhamento da questão agrária com e sem a inclusão da reforma agrária. Essa é uma tarefa que o leitor deverá (ou poderá, se quiser) realizar. A coletânea simplesmente apresenta alguns textos, não há nenhum capítulo conclusivo que pretenda a síntese ou o fechamento da questão. Ao invés de realizar essa tarefa a responsável pela publicação optou por deixá-la em aberto: alguns dados/casos foram relatados, sugeriu-se um caminho para compará-los, tendo-se inclusive alertado para o fato de alguns deles serem “incomparáveis”.

Nesse ponto a discussão do livro deve ser remetida aos comentários que foram publicados nessa revista, em seu último número (v. 1, n.º 3, set/dez. 1984), páginas 466-469, de autoria de Mauro Marcio Oliveira.

O risco de uma resenha crítica, ou seja, aquela que vai além da apresentação do conteúdo de um trabalho, que por isso mesmo também expressa os pontos de vista do resenhista sobre o tema — e, isso não é um defeito —, é que acaba, por vezes, querendo que o(s) autor(es) discuta(m), inclua(m), todas as variáveis e variantes que suscitam o seu interesse, ou que possam realizar todas as expectativas que tenha sobre o assunto. Ora, tomando-se qualquer trabalho, de qualquer cientista social, é possível lamentarmos o que não foi dito, reivindicarmos mais do que cada obra contém. Mais complicado, sobretudo quando o tema comporta múltiplas análises e

encaminhamentos, é o resenhista se ater aos limites do que foi apresentado, em função do que se pretendeu apresentar.

Isto posto, parece carecer de sentido a cobrança pela não inclusão de aspectos específicos da questão agrária brasileira, no caso a "pouca atenção" à "questão agrária regional", no âmbito do texto de autoria de V. Figueiredo. Poderíamos, sem esforço, construir uma lista alentada com os temas e sub-temas que não foram enfocados na coletânea. Mas, e daí? Ademais, uma análise, mesmo se marxista, do desenvolvimento da agricultura brasileira, se coerente e, pois consistente, traz esclarecimentos, auxilia no entendimento/explicação dos fenômenos analisados, se conseguir expressar a essência dos mecanismos que comandam um determinado processo social. O texto em pauta, cumpre com esse objetivo básico, sendo descabidas as lacunas nele identificadas. Assim, por consequência o aprofundamento dos estudos sobre a gênese e os efeitos da política de subsídios, tal como se impôs enquanto instrumento estratégico da política governamental para o setor agrícola, sem dúvida constitui um aspecto que não pode ser negligenciado por quem se dispõe a estudar e a entender os rumos do nosso desenvolvimento agrícola. Mas, afirmar que nos estudos que seguem a "linha clássica do marxismo", "desavisadamente se tenta dar a impressão de que os subsídios existiriam com tanto vigor, apenas nos países capitalistas subdesenvolvidos", que "teria sido bastante útil a abordagem comparativa sugerida pela própria organizadora, para analisar a anatomia e o funcionamento dos mecanismos de subsídios à agricultura em diversas situações históricas" — é, no mínimo uma expressão "desavisada" de preconceito teórico.

Sem que nos detenhamos muito na avaliação parcial de cada um dos estudos que compõem a coletânea, em seu próprio bojo está o de autoria de Szurek que analisa os impasses da agricultura na Polônia Socialista, onde são feitas repetidas alusões à inutilidade dos subsídios e vantagens que têm sido, sistematicamente, concedidos às explorações coletivas, apesar do autor não ter se preocupado em aprofundar essa questão, pois não chega a qualificar as bases que lhe possibilitou chegar a tal avaliação.

O trabalho de V. Figueiredo traça um quadro geral da evolução recente e dos efeitos das políticas governamentais na agricultura, qual seja, a modernização sem reforma, processo de conseqüências sociais e econômicas perversas, que aprofundou as desigualdades sociais no campo, expulsou enormes massas de trabalhadores rurais, que, se gera divisas, também gera a fome.

As colocações sobre os subsídios na agricultura presentes no trabalho de V. Figueiredo em nada contrariam outras avaliações feitas por pessoas que, decidida-

mente não utilizam critérios marxistas de análises. Por exemplo, assim se pronunciou recentemente o Sr. Ney Bittencourt Araújo, presidente das empresas Agroceres, em entrevista concedida à Revista Senhor (n.º 190, 07 de nov. 1984) "... o crédito subsidiado criou oportunidades extraordinariamente grandes para a especulação e para a aplicação do dinheiro que deveria ser alocado na área produtiva, ... o crédito subsidiado, de certa forma, foi um elemento concentrador de renda, na medida em que o beneficiário oferecia sua terra como garantia. Quanto mais terra mais acesso ao crédito. De modo que também promoveu o encarecimento da terra. Essa é uma das distorções mais sérias que eu vejo no processo de crédito subsidiado. E trata-se de uma distorção intrínseca, isto é, ocorreria mesmo que não houvesse malandragens, corrupção, desvios ou apropriação indébita"

Temos que concordar com o Sr. Mauro Marcio Oliveira quando se refere aos padrões de qualidade desiguais dos textos apresentados. Sem dúvida o de Galano é o mais frágil, mas eu acrescentaria o de Solon L. Barraclough entre os melhores, onde de forma sintética, resgata a discussão sobre reforma agrária das chamadas "pré-condições materiais" e a remete às estruturas de classes nacionais, onde as diferentes composições do poder lhe dará um encaminhamento próprio.

Um último ponto — mas não o menos importante — é a questão crucial levantada por alguns dos autores, (sobretudo Solon Barraclough e Jaques Chonchol), e pelo resenhista, da reforma agrária enquanto opção mais de caráter político do que de natureza técnica. Concordo com o resenhista quando chama a atenção para o fato de que é "uma alternativa falsa: o técnico versus o político". Também é quase perfeita a argumentação de que: "Não basta a decisão política para que a reforma agrária seja deflagrada e bem sucedida. O aparelhamento técnico para sua execução é fundamental para seu sucesso. Sem uma base técnica aparelhada, a decisão política (favorável) corre o risco de ser mais formal do que real". (pág. 468).

Disse que é uma argumentação "quase perfeita", porque, embora lógica, parte do silogismo de uma "decisão política" que parece emanar de fora para dentro do contexto social, parece que a frase ficaria perfeita se a expressão fosse substituída pela "decisão técnica". A classe dominante em termos políticos e econômicos, em qualquer modo de produção, também é dominante com relação à apropriação do saber técnico.

A "decisão política" enquanto expressar apenas o voluntarismo eventual (ou não) de algum dirigente, ou de um grupo de dirigentes, ocupem a posição que for na estrutura de poder, será vazia mesmo que lhes seja possível mobilizar todo saber e todo aparelhamento técnico. A reforma agrária, mesmo modesta, e tímida se tiver

um mínimo de características que a identifiquem como tal, irá alterar a estrutura de propriedade. E isso não se faz sem negociação, isso não se faz sem acordo político, isso não se faz sem barganha, mas se pode fazer sem aparelhamento técnico. Pode-se também tentar chegar lá pela via da revolução social, como na China e em Cuba. Mas isso não interessa ao sistema dominante; talvez não interesse ainda às classes despossuídas, mas pode passar a interessar. À sobrevivência do sistema capitalista interessa diminuir a desigualdade social, interessa uma reforma agrária negociada, uma reformulação da estrutura fundiária sem traumas sociais.

Sem dúvida esse é apenas o início da retomada de um tema que deve “esquentar” proximamente. Está claro que nenhum trabalho sobre a questão agrária é (pode ser) definitivo. É o que a torna para nós, todos interessados no assunto, tão apaixonante e atraente, e nos envolvemos nessas discussões.

Brancolina Ferreira
CNPH/IPEA
(Nov/84)